

## O impacto da concorrência sobre a Praticagem no Canadá



O impacto da concorrência sobre Praticagem Pilotagem obrigatória em águas designadas é a norma para o transporte marítimo em todo o mundo, essencialmente para garantir a passagem segura dos navios e a protecção do ambiente e as populações vizinhas. A maioria das jurisdições, incluindo a União Europeia, Estados Unidos e Canadá, concluíram que o interesse público e de segurança marítima são melhor servidos através de serviços de pilotagem a ser prestado, em regime de exclusividade, por um único grupo de pilotos em qualquer área obrigatória. Pilotagem canadense: o modelo certo Nos termos da Lei de Praticagem de 1972, o serviço de pilotagem no Canadá é regulado e entregue por quatro autoridades de pilotagem regionais. As autoridades de pilotagem designar quais águas e do tipo de navios estão sujeitos a pilotagem obrigatória e fornecer os serviços de pilotagem necessárias. Para a prestação desses serviços em qualquer distrito pilotagem, as autoridades podem contratar seus próprios pilotos devidamente habilitados, ou eles podem celebrar um contrato com um grupo-piloto constituído para o efeito. Eles não podem, no entanto, usar ambos os empregados e contratados pilotos no mesmo distrito. Esta abordagem assegura que os pilotos serão capazes de exercer o seu profissional, julgamento independente durante as operações de alto risco, sem pressões comerciais. É do interesse público para que os pilotos não ser capaz de iniciar ou parar, uma operação insegura, sem medo de consequências adversas para suas carreiras ou meios de subsistência. Sistema de pilotagem do Canadá tem servido bem o país. O excelente histórico de segurança dos navios pilotados não significa apenas que o meio ambiente e a vida humana têm sido bem protegido, mas que o transporte marítimo tem sido capaz de operar de forma eficiente. Isto foi conseguido a um custo que é tão baixo quanto em qualquer outro lugar no mundo. A concorrência entre os pilotos licenciados dentro do mesmo distrito faria um grande dano à independência - e eficácia - de pilotagem. Em tais circunstâncias, os pilotos seriam inevitavelmente sujeitos a pressão para acomodar as necessidades comerciais, mesmo à custa do interesse público. A experiência de outras jurisdições demonstra convincentemente neste ponto. Algumas jurisdições, como a Austrália, selecionou uma abordagem de "franchisa", em que um contrato seja adjudicado em uma base competitiva para uma organização privada para um determinado período. Serviço é então fornecida por esse único fornecedor em regime de monopólio para o período do contrato. Outras jurisdições, como Alaska, Florida, Argentina e Reino Unido escolheu uma abordagem mais directa à concorrência, segundo a qual as organizações piloto rivais competem uns contra os outros em uma base contínua para fornecer serviço de pilotagem. Em todos os casos, foi posteriormente determinado estes modelos competitivos não cumprir a obrigação de fornecer um ambiente de transporte marítimo seguro, onde os pilotos podem desempenhar as suas funções mantendo o interesse público fundamental.